

ANA CLÁUDIA SILVA SCALQUETTE
PATRICIA VANZOLINI FIGUEIREDO
RENATA DA ROCHA
RODRIGO ARNONI SCALQUETTE
ORGANIZADORES

FACTUAL NEWS

COMO AGIR DIREITO

Londrina/PR
2022


THOTH
E D I T O R A

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.

www.editorathoth.com.br

contato@editorathoth.com.br

Factual news: como agir Direito /
organizadores: Ana Cláudia Silva
Scalquette, Patrícia Vanzolini, Renata
da Rocha, Rodrigo Arnoni Scalquette. –
Londrina, PR: Thoth, 2022.

306 p.

Inclui bibliografias.

ISBN 978-65-5959-367-5

1. Direito Civil - Brasil. 2. Biodireito. I.
Scalquette, Ana Cláudia Silva. et al.

CDD 341.1

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: os autores

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Júnior

Índices para catálogo sistemático

1 Direito Civil : 342.1

2. Bioética : 174.957

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Anick
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gao Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Prof. Me. Júlio Alves Carvêta Júnior •
Prof. Esp. Marcelo Picholi da Silveira • Esp. Rafaela
Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan
Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

ORGANIZADORES	7
AUTORES	9
APRESENTAÇÃO	23
PREFÁCIO	25

PARTE 1

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E ALGORITMOS	35
--	----

CAPÍTULO 1

Gabriel Meira Coelho Mascarenhas

João Victor Moreira Andrade

Humberto Barriounuevo Fabretti

DA CARNE AOS CIRCUITOS: IMPLICAÇÕES DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL AO MERCADO DE TRABALHO DA ADVOCACIA PRIVADA	37
---	----

Introdução	38
------------------	----

1 Entendendo a inteligência artificial	39
--	----

2 A inteligência artificial substituirá os advogados?	40
---	----

3 O papel da consolidação das leis trabalhistas frente à nova realidade	43
---	----

4 Como o brasil se prepara, legalmente, para a chegada da inteligência artificial	44
---	----

5 Como o restante do mundo está tratando, legalmente, a questão da inteligência artificial	46
--	----

Considerações finais	49
----------------------------	----

Referências	50
-------------------	----

CAPÍTULO 2

Giovanna Saturnino Ribeiro

Reinaldo Moreira Bruno

A OBSCURIDADE DOS ALGORITMOS E O PAPEL DO DIREITO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS	53
---	----

Introdução.....	54
1 Algoritmos e efeito bolha.....	55
2 <i>Fake news</i> e proteção de dados pessoais.....	58
3 Proteção de dados: análise comparativa da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e do <i>General Data Protection Regulation</i> sob a ótica dos algoritmos e das decisões automatizadas.....	60
4 Garantias fundamentais e autodeterminação informativa.....	62
5 Responsabilidade civil na internet: art. 19 do MCI <i>versus</i> art. 42 e seguintes da LGPD.....	63
Considerações Finais.....	65
Referências.....	66

CAPÍTULO 3

Beatriz Afensor Rodrigues

Bianca Alves Garrido

Patricia Vanzolini

ANÁLISE DOS CRIMES SEXUAIS COMETIDOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM AMBIENTE VIRTUAL (INTERNET).....

Introdução.....	72
1 Criança e Adolescente.....	72
2 Pedofilia e crimes materiais contra crianças e adolescentes do Código penal.....	73
3 Eca e a Pornografia Infantil.....	75
4 Meio virtual.....	76
5 Combate contra crimes de pedofilia na internet.....	77
Considerações finais.....	79
Referências.....	79

PARTE 2

DESINFORMAÇÃO E FAKE NEWS.....	81
--------------------------------	----

CAPÍTULO 4

Gabriela Froio de Araújo Dias

Eric José Migani

Tensionamentos jurídicos e possíveis alternativas para a reparação dos direitos violados por Fake News.....

Introdução.....	83
1 Breve apresentação sobre “fake news” e a sua permeabilidade no campo jurídico.....	84
2 Responsabilidade civil por atos praticados pela internet e a possível omissão estatal na viabilidade das informações necessárias para as vítimas.....	91
3 Projetos de lei em tramitação: Uma legislação álibi ou avanço na reparação de direitos e responsabilização civil do ofensor?.....	95

Considerações Finais	97
Referências	98

CAPÍTULO 5

Joel Francescato Veiga

Renato Arthur Oliveira Melo

Rodrigo Arnoni Scalquette

DIREITO À IGNORÂNCIA – OS LIMITES DA RESPONSABILIZAÇÃO NA DIVULGAÇÃO DE *FAKE NEWS*

Introdução.....	101
1 Metodologia de investigação	102
2 <i>Fake news</i> no mundo virtual	103
3 O Direito à Ignorância do homem médio	105
3.1 Dificuldades inerentes à verdade no mundo virtual	106
3.2 A hipótese do Direito à Ignorância	108
4 O papel da sociedade civil no combate às <i>fake news</i> : uma breve analogia com a proibição dos duelos na França	109
5 O combate à divulgação de <i>fake news</i>	111
5.1 A Liberdade de Expressão como Direito Relativo.....	111
5.2 Os desafios geográficos e informativos	112
5.3 As vertentes de combate às <i>fake news</i>	113
6 Uma perspectiva geral sobre os Projetos de Lei	115
Considerações Finais	117
Referências	117

PARTE 3

TRATAMENTOS EXPERIMENTAIS E OFF LABEL.....	121
--	-----

CAPÍTULO 6

Anna Paula Soares da Silva

Fábio Magalhães Barbetta

Júlia Dantas de Oliveira

DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO EM GARANTIR ACESSO UNIVERSAL E INTEGRAL À SAÚDE, ASPECTOS REGULATÓRIOS E JUDICIALIZAÇÃO NOS MEDICAMENTOS EXPERIMENTAIS NO BRASIL

Introdução.....	123
1 ANVISA e o fenômeno da judicialização da saúde no Brasil.....	124
2 Doenças raras e os medicamentos órfãos.....	127
3 Aspectos regulatórios de novos medicamentos	128
4 Medicamentos <i>off-label</i>	132
5 Vacina contra a malária	133
6 Plano estratégico de desenvolvimento da indústria farmacêutica nacional .	134

Considerações finais	135
Referências	136

CAPÍTULO 7

Eduardo Taguada Chacon de Souza

Fernanda Souza de Carvalho

Carlos Eduardo Nicoletti Camillo

COVID-19 E PRESCRIÇÃO OFF-LABEL: A RESPONSABILIZAÇÃO MÉDICA NO ÂMBITO DO DIREITO BRASILEIRO E PORTUGUÊS. 139

Introdução.....	140
1 Tratamento/prescrição <i>off-label</i> no Direito português.....	141
2 Tratamento/prescrição <i>off-label</i> no direito brasileiro	143
2.1 Regulamentação de medicamentos no Brasil	143
2.2 Uso da prescrição <i>off-label</i> no Brasil	145
3 Comparação da prescrição <i>off-label</i> no Brasil e em Portugal	146
4 Quanto à responsabilização civil do médico	148
5 Responsabilidade médica no tratamento/prescrição <i>off-label</i> durante a pandemia do COVID-19.....	149
Considerações finais	150
Referências	151

CAPÍTULO 8

Brenda Costacurta Ohnuki

Fernando Rister de Souza Lima

JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE: O FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS OFF LABEL PELO ESTADO

Introdução	156
1 O direito à saúde à luz da Constituição Federal de 1988.....	158
2 O Sistema Único de Saúde (SUS).....	159
3 Medicamentos <i>off label</i>	160
4 Aspectos regulatórios e responsabilização pelo uso de medicamentos <i>off label</i>	162
5 O fenômeno da Judicialização da Saúde	164
6 A judicialização e os medicamentos <i>off label</i> segundo os Tribunais Superiores.....	166
Considerações finais	167
Referências	168

CAPÍTULO 9

João Vitor de Castro Andrade

Michelle Asato Junqueira

AAUTONOMIAE O CONSENTIMENTO ESCLARECIDO EM PESQUISAS COM SERES HUMANOS: UMA ANÁLISE DAS RESOLUÇÕES 196/96 E 466/2012 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

171

Introdução	171
1 A autonomia: traços iniciais dos princípios bioéticos	172
1.1 O Princípio da não maleficência	176
2 O dever médico de informar e o consentimento livre e esclarecido para ocorrência do tratamento	177
3 Regulamentação dos tratamentos experimentais: Resoluções 196/96 e 466/12 do Conselho Nacional da Saúde - Uma análise comparativa	179
Considerações finais	187
Referências	187

CAPÍTULO 10

Alexis Couto de Brito

Juliana Pereira de Barros Toledo

VALIDADE E CAPACIDADE DO CONSENTIMENTO DOS PRESOS NOS TRATAMENTOS EXPERIMENTAIS

Introdução	191
1 Contexto histórico	192
2 Vulnerabilidade	194
3 Consentimento	195
3.1 Consentimento sob o aspecto do Direito Penal	195
3.2 Consentimento sob o aspecto da bioética	196
4 Consentimento dos presos e tratamentos experimentais	199
Considerações finais	201
Referências	203

PARTE 4

GENÉTICA E REPRODUÇÃO HUMANA

CAPÍTULO 11

Aurélio César da Silva Cardozo Filho

Carolina Pacheco de Andrade

Flávio de Leão Bastos Pereira

UTOPIA OU DISTOPIA? UMA ANÁLISE SOBRE A MANIPULAÇÃO GENÉTICA, MORALIDADE E O DIREITO BRASILEIRO

Introdução	208
1 Conceito	208
1.1 Fatos históricos	209
2 Experimentos genéticos	211
3 Direitos Fundamentais	212
3.1 Direito à vida	212
3.2 Direito à liberdade da atividade científica	213
4 Moralidade	214
5 Omissão jurídica	216

Considerações Finais	217
Referências	218

CAPÍTULO 12

Carolina Nascimento Vrech Coelho

Thiago Torzillo Guerra

Renata da Rocha

“QUEM EU SOU?” O CONFLITO ENTRE O DIREITO AO ANONIMATO E O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA DA CRIANÇA CONCEBIDA POR REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA.....

221

Introdução.....

222

1 Escassez de Normas.....

222

1.1 Do Fato

223

1.2 Do Valor.....

224

1.3 Da Norma.....

225

2 Colisão de Direitos: Direito ao Anonimato e Direito à Identidade Genética.....

225

2.1 Princípio da Dignidade Humana.....

226

3 Princípio do Melhor Interesse da Criança, Adolescente e Jovem

231

3.1 Direito à Saúde Física e Psicológica.....

232

Considerações finais

233

Referências

234

CAPÍTULO 13

Anna Gabriela Rebouças

Júlio Caetano da Silva

João Ricardo Brandão Aguirre

INSEMINAÇÃO PÓSTUMA E OS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO.....

237

Introdução.....

238

1 O início da personalidade jurídica do nascituro.....

238

1.1 Teoria Natalista

241

1.2 Teoria Conceptionista

242

1.3 Teoria da Personalidade Condicional

242

2 A presunção da paternidade na inseminação *post mortem* e o direito à filiação.....

243

2.1 Princípio da dignidade humana

246

2.2 Direito patrimonial à herança

247

2.3 A capacidade sucessória do nascituro.....

248

3 Do direito sucessório na reprodução humana assistida.....

249

3.1 Métodos de reprodução humana assistida, inseminação artificial e a fertilização *in vitro* à luz do direito sucessório

250

3.2 Estudo comparado, legislação brasileira em face da lei francesa.....

252

3.3 A lacuna de proteção legal e a viabilidade de regulamentação

254

Considerações finais	254
Referências	255

PARTE 5

TECNOLOGIA, FAMÍLIA E ESTADO.....	257
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 14

Beatriz Barbosa

Naomi Britto

Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci

NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES E A INTERNET: UMA ANÁLISE SOBRE A COPARENTALIDADE	259
--	-----

Introdução.....	260
-----------------	-----

1 Coparentalidade: considerações iniciais.....	260
--	-----

2 As relações de coparentalidade na sociedade contemporânea.....	262
--	-----

3 Contratos de coparentalidade na internet: natureza jurídica.....	262
--	-----

4 Coparentalidade e os métodos de reprodução.....	264
---	-----

5 Guarda compartilhada, melhor interesse da criança e o princípio da afetividade.....	265
---	-----

Considerações finais	267
----------------------------	-----

Referências	268
-------------------	-----

CAPÍTULO 15

Geovana Campos Meirelles

Mariana Govões

Ana Cláudia Silva Scalquette

MONETIZAÇÃO DAS REDES SOCIAIS E A HERANÇA DIGITAL: UMA ANÁLISE DOS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO	271
---	-----

Introdução	272
------------------	-----

1 Influenciadores digitais e a monetização das redes sociais	272
--	-----

2 Herança digital e o direito das sucessões - a transmissibilidade do patrimônio virtual	275
--	-----

2.1 Atribuição de valor econômico à rede social do influenciador digital para fins de partilha.....	277
---	-----

3 Limites para a exploração da rede social após a morte	280
---	-----

4 Previsão legal – ordenamento jurídico	282
---	-----

4.1 A lacuna jurídica e os problemas identificados nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional	284
--	-----

Considerações finais	286
----------------------------	-----

Referências	287
-------------------	-----

CAPÍTULO 16

Isaac Ouriques Freire Fernandes de Moraes

Júlia Mayumi Oliveira Sueyoshi

Marcia Cristina de Souza Alvim

AS NOVAS TECNOLOGIAS E O IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO ACESSO À EDUCAÇÃO E NO ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL	291
Introdução.....	292
1 Direito à educação no Brasil	292
2 Os impactos da pandemia de COVID-19 no acesso à educação no Brasil..	295
3 Os impactos da pandemia de COVID-19 no acesso à justiça no Brasil	300
Conclusão.....	304
Referências	304